

§ 2º - Caso não seja possível proceder à inclusão no Programa, será facultado ao Município o envio de informações complementares.

Artigo 2º - Eventuais dúvidas acerca da forma de adesão a que se refere o artigo 1º ou de outros aspectos do Programa UniversalizaSP poderão ser encaminhadas ao endereço eletrônico universalizasp@sp.gov.br.

Parágrafo único – As dúvidas endereçadas ao canal de comunicação referido no “caput” deste artigo deverão contemplar:

1. nome, qualificação e cargo do requerente;
2. Município representado; e
3. questionamento.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RESOLUÇÃO SEMIL Nº 42, DE 23 DE JULHO DE 2023

Dispõe sobre o procedimento para inscrição de interessados no Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas que produzem produtos e subprodutos de origem mineral para comercialização no Estado de São Paulo - CADMINÉRIO, criado pelo Decreto nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, e dá providências correlatas.

A SECRETÁRIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE, INFRA-ESTRUTURA E LOGÍSTICA, no uso de seus atribuições legais, e

Considerando o disposto no artigo 11 do Decreto nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022,

RESOLVE:

Artigo 1º - Esta resolução dispõe sobre o procedimento para inscrição de interessados no Cadastro Estadual das Pessoas Jurídicas que produzem produtos e subprodutos de origem mineral para comercialização no Estado de São Paulo – CADMINÉRIO.

Artigo 2º - Para inscrição no CADMINÉRIO, o interessado deverá realizar cadastro prévio, no portal eletrônico do CADMINÉRIO disponível no Sistema Integrado de Gestão Ambiental – SIGAM, mediante protocolo dos seguintes documentos:

I - inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

II - ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado, devidamente registrado na junta comercial, em se tratando de sociedades comerciais ou empresário individual, ou a inscrição do ato constitutivo no respectivo registro civil de pessoas jurídicas, no caso de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício, indicando como objeto social as atividades relacionadas à exploração, transformação, comercialização, transporte e armazenamento dos produtos e subprodutos minerais;

III - título(s) autorizativo(s) emitido(s) pela Agência Nacional de Mineração – ANM;

IV - comprovante(s) de pagamento mensal da Compensação Financeira pela Exploração Mineral – CFEM referente(s) ao ano anterior ao da inscrição;

V - recibo do Relatório Anual de Lavra – RAL com as informações do ano anterior ao da inscrição;

VI - Certificado de Regularidade – CR do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, emitido pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama;

VII - Licença(s) de Operação – LO emitida(s) pelo órgão ambiental; e

VIII - declaração, assinada pelo representante legal, sob as penas da lei, de inexistência de embargos ou interdições ambientais relacionadas à exploração, comércio e transporte de produtos e subprodutos de origem mineral nos âmbitos municipal, estadual e federal.

§1º - Os documentos referidos nos incisos I a VIII deste artigo deverão ser protocolados simultaneamente.

§2º - A comunicação entre o interessado e a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística será realizada por meio do portal eletrônico do CADMINÉRIO, incluindo o agendamento de visitas técnicas, bem como eventual solicitação de documentos, como certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos ambientais de origem federal, estadual e municipal, e de informações adicionais que se fizerem necessárias.

§3º - A não apresentação dos documentos e informações adicionais referidos no § 2º deste artigo, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da data de identificação do interessado, implicará o cancelamento automático do pedido de cadastro.

§4º - A Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística analisará a documentação do interessado no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do protocolo.

§5º - Após a validação do cadastro, os interessados serão inscritos no CADMINÉRIO e terão acesso ao respectivo comprovante eletrônico de validação.

§6º - Na hipótese de indeferimento da inscrição, o interessado receberá comunicado contendo a justificativa.

Artigo 3º - Os fornecedores inscritos no CADMINÉRIO deverão atualizar periodicamente a documentação constante do respectivo cadastro, por meio do portal eletrônico do CADMINÉRIO, na seguinte conformidade:

I - os documentos mencionados nos incisos I, II, III e VIII do artigo 2º deverão ser protocolados anualmente;

II - os documentos mencionados no inciso IV do artigo 2º, referentes ao ano anterior ao da atualização, deverão ser protocolados até o dia 30 de abril de cada ano;

III - o documento mencionado no inciso V do artigo 2º, referente ao exercício do ano anterior ao da atualização, deverá ser protocolado até o dia 30 de abril de cada ano;

IV - os documentos mencionados nos incisos VI e VII do artigo 2º deverão ser protocolados sempre que os anteriormente apresentados estiverem com prazo de validade vencido.

Artigo 4º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Republicado por conter incorreções.

Nº do Processo: 020.00000699/2023-38

Interessado: GSS PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI
Assunto: Fiscalização e portarias - Guarapiranga e Várzea do Embu Guaçu

APOSTILAMENTO, REFERENTE AO CONTRATO 1/2021/CPP

Diante da edição do Decreto 64.066, de 2 de janeiro de 2019, que trata da redução de despesas, visando à redução do custo administrativo do Estado, a empresa GSS PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI - ME foi convidada a renegociar o reajuste contratual, cuja renegociação encontram-se devidamente registrada às fls. 0230033.

Considerando que a Contratada não aceitou a proposta de renegociação para o reajuste em pauta, ou seja, não foi possível acordarmos a aplicação de índice de reajuste inferior à variação do IPC/FIPE, ou seja, 7,20%, a administração procedeu os cálculos dos valores a serem reajustados do mencionado contrato.

Assim sendo, no uso de nossas atribuições legais, notadamente a previsão do artigo 90, do Decreto 64.132/19 e nos termos do parágrafo 8º, do artigo 65, da Lei federal 8.666/93 e do parágrafo 8º, do artigo 62, da Lei estadual 6.544/1989, AUTORIZAMOS o reajuste de preços referente à prestação de serviços de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios, para os Parques Ecológico do Guarapiranga e Várzea do Embu Guaçu, conforme planilhas de folhas 0238465/0238713, processo SEI.020.00000699/2023-38.

AUTORIZAMOS também a realização da despesa estimada em R\$ 12.709,40, necessária para suprir as despesas mensais reajustadas.

Nº do Processo SEI: 020.00000709/2023-35 SIMA 019272/2021-91

Interessado: GSS PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI
Assunto: Prestação de serviços de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios

APOSTILAMENTO, 26/05/2023 REFERENTE AO CONTRATO 4/2021/CFB

Diante da edição do Decreto 64.066, de 2 de janeiro de 2019, que trata da redução de despesas, visando à redução do custo administrativo do Estado, a empresa GSS Prestadora de Serviços Eireli foi convidada a negociar o reajuste contratual, cuja negociação encontra-se devidamente registrada 0229372.

Considerando que a Contratada não aceitou a proposta de renegociação para o reajuste em pauta, ou seja, não foi possível acordarmos a aplicação de índice de reajuste inferior à variação do IPC/FIPE, ou seja, 7,20%, a administração procedeu os cálculos dos valores a serem reajustados do mencionado contrato.

Assim sendo, no uso de nossas atribuições legais, notadamente a previsão do artigo 90, do Decreto 64.132/19 e nos termos do parágrafo 8º, do artigo 65, da Lei federal 8.666/93 e do parágrafo 8º, do artigo 62, da Lei estadual 6.544/1989, AUTORIZAMOS o reajuste de preços referente à prestação de serviços de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios no Centro Técnico Regional de Registro – CTR14, conforme planilha 0245984, processo SEI 020.00000709/2023-35.

AUTORIZAMOS também a realização da despesa estimada em R\$ 3.623,90, necessária para suprir as despesas mensais reajustadas.

Nº do Processo: 020.00001078/2023-71

Interessado: SEAL Segurança Alternativa EIRELI ME
Assunto: Vigilância/segurança - Parque Chácara Baronesa
APOSTILAMENTO DE 31/5/2023, REFERENTE AO CONTRATO 5/2020/CPP

Diante da edição do Decreto 64.066, de 2 de janeiro de 2019, que trata da redução de despesas, visando à redução do custo administrativo do Estado, a empresa SEAL SEGURANÇA ALTERNATIVA EIRELI foi convidada a renegociar o reajuste contratual, cuja renegociação encontra-se devidamente registrada à fl. 0372709.

Considerando que a Contratada não aceitou a proposta de renegociação para o reajuste em pauta, ou seja, não foi possível acordarmos a aplicação de índice de reajuste inferior à variação do IPC/FIPE, ou seja, 7,20%, a administração procedeu os cálculos dos valores a serem reajustados do mencionado contrato.

Assim sendo, no uso das atribuições previstas no artigo 90, do Decreto 64.132/19 e nos termos do parágrafo 8º, do artigo 65, da Lei federal 8.666/93 e do parágrafo 8º, do artigo 62, da Lei estadual 6.544/1989, AUTORIZAMOS o reajuste de preços referente à prestação de serviços de vigilância e segurança patrimonial, para o Parque Chácara Baronesa, conforme planilhas de folhas 0372762/0372785, processo SEI. 020.00001078/2023-71.

AUTORIZAMOS também a realização da despesa estimada em R\$ 188.963,60, necessária para suprir as despesas mensais reajustadas.

Nº do Processo SEI 020.00000798/2023-10

SIMA.57968/2021-68

Interessado: GSS PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI
Assunto: Prestação de serviços de recepção para Regional CTR II - Araçatuba

APOSTILAMENTO DE 26/05/2023, REFERENTE AO CONTRATO 15/2021/FPBRN

Diante da edição do Decreto 64.066, de 02/01/2019, que trata da redução de despesas, visando à redução do custo administrativo do Estado, a empresa GSS PRESTADORA DE SERVIÇOS EIRELI foi convidada a negociar o reajuste contratual, cuja negociação encontra-se devidamente registrada conforme documento 0254630.

Considerando que a Contratada não aceitou a proposta de negociação para o reajuste em pauta, ou seja, não foi possível acordarmos a aplicação de índice de reajuste inferior à variação do IPC/FIPE, ou seja, 7,20%, a administração procedeu os cálculos dos valores a serem reajustados do mencionado contrato.

Assim sendo, no uso de nossas atribuições legais, notadamente a previsão do artigo 90, do Decreto 64.132/19 e nos termos do parágrafo 8º, do artigo 65, da Lei federal 8.666/93 e do parágrafo 8º, do artigo 62, da Lei estadual nº 6.544/1989, AUTORIZAMOS o reajuste de preços referente à prestação de serviços de recepção para Regional CTR II - Araçatuba, conforme planilhas (documentos 0279854 e 0279934), processo SIMA.57968/2021-68 e SEI 020.00000798/2023-10.

AUTORIZAMOS também a realização da despesa estimada em R\$ 5.487,67 necessária para suprir as despesas mensais reajustadas.

APOSTILA

Nº do Processo SEMIL.029713/2023-32 SEI 020.00000920/2023-58

Interessado: Rooster Facilities Eireli

Assunto: Prestação de serviços de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios

APOSTILAMENTO DE 30/05/2023, REFERENTE AO CONTRATO 2/2023/CFB

Diante da edição do Decreto 64.066, de 02 de janeiro de 2019, que trata da redução de despesas, visando à redução do custo administrativo do Estado, a empresa Rooster Facilities Eireli foi convidada a negociar o reajuste contratual, cuja negociação encontra-se devidamente registrada às fls. 0297600.

Considerando que a Contratada não aceitou a proposta de negociação para o reajuste em pauta, ou seja, não foi possível acordarmos a aplicação de índice de reajuste inferior à variação do IPC/FIPE, ou seja, 7,20%, a administração procedeu os cálculos dos valores a serem reajustados do mencionado contrato.

Assim sendo, no uso de minhas atribuições legais, notadamente a previsão do artigo 90, do Decreto 64.132/19 e nos termos do parágrafo 8º, do artigo 65, da Lei federal 8.666/93 e do parágrafo 8º, do artigo 62, da Lei estadual 6.544/1989, AUTORIZAMOS o reajuste de preços referente à prestação de serviços de controle, operação e fiscalização de portarias e edifícios, para o Centro Técnico Regional de Presidente Prudente – V, conforme planilhas de folhas 0311307 e 0311317, processo SEI 020.00000920/2023-58.

AUTORIZAMOS também a realização da despesa estimada em R\$ 3.935,76 necessária para suprir as despesas mensais reajustadas.

APOSTILA

Nº do Processo SIMA 14396/2022-24 SEI 020.00000952/2023-53

Interessado: Rooster Facilities Eireli

Assunto: Contratação de empresa na prestação de serviços de controle e fiscalização de portarias Horto

APOSTILAMENTO DE 30/05/2023, REFERENTE AO CONTRATO 2/2022/CPP

Diante da edição do Decreto nº 64.066, de 02 de janeiro de 2019, que trata da redução de despesas, visando à redução do custo administrativo do Estado, a empresa Rooster Facilities EIRELI foi convidada a negociar o reajuste contratual, cuja negociação encontra-se devidamente registrada às fls. 0313355.

Considerando que a Contratada não aceitou a proposta de renegociação para o reajuste em pauta, ou seja, não foi possível acordarmos a aplicação de índice de reajuste inferior à variação do IPC/FIPE, ou seja, 7,20%, a administração procedeu os cálculos dos valores a serem reajustados do mencionado contrato.

Assim sendo, no uso das atribuições previstas no artigo 90, do Decreto 64.132/19 e nos termos do parágrafo 8º, do artigo 65, da Lei federal 8.666/93 e do parágrafo 8º, do artigo 62, da Lei estadual 6.544/1989, AUTORIZAMOS o reajuste de preços referente à prestação de serviços de controle e fiscalização de

portarias para o Parque Horto Florestal, conforme planilhas de folhas 0331228 e 0331308, processo SEI 020.00000952/2023-53.

AUTORIZAMOS também a realização da despesa estimada em R\$ 65.881,62 necessária para suprir as despesas mensais reajustadas.

CHEFIA DE GABINETE

PORTARIA CG nº 27 DE 25 DE JULHO DE 2023

Dispõe sobre o cadastramento de entidades da sociedade civil e a eleição destes representantes para integrarem o Conselho de Orientação do Parque Chácara da Baronesa para o biênio 2023/2025, e dá providências correlatas.

O CHEFE DE GABINETE, no uso de suas atribuições, e considerando o disposto nos artigos 3º, 12 a 18 da Resolução SIMA nº 41, de 29 de Junho de 2020, decide:

Artigo 1º - As vagas destinadas à representação da sociedade civil no Conselho de Orientação do Parque Chácara da Baronesa serão preenchidas por representantes de entidades, titulares e suplentes, cadastradas e eleitas, nos termos das normas vigentes.

§ 1º- As entidades representativas da sociedade civil interessadas em integrar o Conselho de Orientação deverão efetuar seu cadastramento perante a Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística ou atualizar o cadastro até 5 (cinco) dias úteis antes da data da Assembleia de que trata o artigo 3º desta Portaria.

§ 2º - Poderão cadastrar-se organizações não-governamentais ambientalistas ou culturais atuantes na região; entidades representativas dos moradores do entorno; e outras instituições igualmente sem fins lucrativos que representem interesses de usuários do respectivo parque; desde que comprovem, no mínimo, 1 (um) ano de constituição.

§3º - O mandato dos conselheiros será de 2 anos, sendo permitida uma recondução por igual período.

Artigo 2º - Para fins de cadastro, as entidades deverão apresentar os seguintes documentos:

I - Cópia do estatuto da entidade, devidamente registrado em cartório até a data do cadastramento;

II - Comprovação de localização da sede ou representação na região em que se insere o Parque Chácara da Baronesa.

III - Cópia da ata de constituição da diretoria atual.

§ 1º - A ficha de cadastro constante do Anexo deverá ser legível e entregue, juntamente com os documentos indicados neste artigo, na sede administrativa do parque ou no Centro de Gestão de Documentos da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, situado na Avenida Professor Frederico Hermann Júnior, nº 345, prédio 1, térreo, Alto de Pinheiros, São Paulo/SP.

§2º - Objetivando celeridade, a ficha de cadastro e a documentação das entidades também serão recebidas mediante envio de mensagem ao correio eletrônico cpu.atc@sp.gov.br.

§3º - Eventuais dúvidas, quanto ao preenchimento das condições para o cadastramento de entidades, serão dirimidas pela Coordenadoria de Parques e Parcerias - CPP.

Artigo 3º - A eleição das entidades que representarão a sociedade civil no Conselho de Orientação será feita em Assembleia, a qual será realizada no dia 23-08-2023, às 10h, no do Parque Estadual Chácara da Baronesa, situado na Av. José Fernando Medina Braga Nº 08, Bairro Jardim Las Vegas – Santo André, São Paulo.

Artigo 4º - A Assembleia de eleição será constituída por representantes legais das entidades cadastradas, ou por seus procuradores devidamente habilitados.

Artigo 5º - A eleição que definirá as entidades representativas da sociedade civil, os integrantes da Assembleia votarão em quatro entidades, sendo que as quatro primeiras mais votadas serão as titulares e as quatro seguintes serão as suplentes, tendo como critério de desempate a antiguidade da entidade.

Artigo 6º - A votação será feita por meio de escrutínio secreto, mediante a utilização de cédulas previamente elaboradas e rubricadas pela Coordenadoria de Parques e Parcerias - CPP.

Artigo 7º - As entidades representativas da sociedade civil, eleitas como titulares e suplentes, apresentarão o nome do seu representante junto ao Conselho de Orientação à Coordenadoria de Parques e Parcerias - CPP em até 5 (cinco) dias úteis, após a Assembleia de eleição, para designação formal pelo Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística.

Artigo 8º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

(Processo SEI.020.00004003/2023-42)

ANEXO

FICHA DE CADASTRO - CONSELHO DE ORIENTAÇÃO DO PARQUE CHÁCARA DA BARONESA

1) IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome da Entidade:.....
Sigla:.....
Principais questões de interesse:.....
Região de atuação:.....
2) DADOS CADASTRAIS

Endereço:.....Nº:.....Complemento:.....

Município:.....CEP:.....

Caixa Postal:.....

DDD:.....Telefone:..... Fax:.....E-mail:.....

Número do registro no cartório:.....

CNPJ da Entidade:.....

Presidente da Entidade:.....

Representante Titular:.....

E-mail para contato:.....

3) REPRESENTANTE

Nome:

RG:

E-mail:.....

.....

Assinatura do Responsável pela Entidade

SUBSECRETARIA DO MEIO AMBIENTE

COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO E BIODIVERSIDADE

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO 09/2023/FPBRN – SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA –SUBSECRETARIA DE MEIO AMBIENTE – COORDENADORIA DE FISCALIZAÇÃO E BIODIVERSIDADE

Pregão Eletrônico: CPAmb-198/0027/22-RP

Processo SEI: 020.00000059/2023-28

Contrato: 09/2023/FPBRN

Parecer Jurídico: CJ/PM 206/2018

Data: 27/09/2018

Cota: CJ/PM 50/2021

Data: 28/09/2021

Contratante: Gabinete da Secretária e Coordenadoria de Fiscalização e Biodiversidade

Contratado: Rasut Confeccões Ltda.

CNPJ: 59.789.149/0001-44

Objeto: Aquisição de camisas, do tipo Combat Shirt, para as Unidades Subordinadas e Sede do CPAmb - Comando de Policiamento Ambiental, situada em São Paulo/SP.

Vigência: 120 dias da data de emissão da Ordem de Serviço

Valor: R\$ 245.700,00

Classificação dos recursos: Natureza de Despesa 33903063, UGE 260030, Programa de Trabalho: 18542261862330000 Nota de empenho 2023NE01088.

Data da Assinatura: 25/07/2023

Departamento de Gestão Regional

Centro Técnico Regional I - Campinas

O Centro Técnico Regional I de Campinas,da Secretaria de Meio Ambiente,Infraestrutura e Logística,localizada na Av.Brasil,nº2340-Prédio Central-2ºandar-Jd.Chapadão-Campinas/SP,Tel:(19)3790-3742,faz publicar notificações sobre diversos assuntos devido a impossibilidade das mesmas serem enviadas pelo Correio. Para qualquer outro esclarecimento,solicitar em nosso endereço eletrônico(e-mail):cfb.campinas@sp.gov.br

Auto de Infração Ambiental:20230224011641-1

Proc.Digital:SEMIL.014419/2023-54

Autuado:JAMILTON ALVES DAS NEVES

CPF:134.344.558-25

RG:19146790

Município da infração:NÃO INFORMADO

Notificação:Informamos que foram lavrados os Autos de Infração Ambiental(AIAs)em referência pela Polícia Militar Ambiental,tendo sido agendada a realização da Sessão de Atendimento Ambiental para o dia 28/07/2023,às 10:00horas,no Pelotão de Policiamento Ambiental de Campinas na base da Polícia Militar Ambiental de Atibaia,situado à Avenida Gerônimo Camargo,1470,Recreio Estoril,Atibaia–Telefone:11-4412-7613. Cumpre informar que o prazo para eventual interposição de Defesa contra o AIA é de 20 dias corridos a partir da data da Sessão de Atendimento Ambiental ora marcada,ou em caso de não comparecimento,a contar da data da publicação da Ata no Diário Oficial do Estado de São Paulo.Eventuais esclarecimentos podem ser obtidos pelo e-mail cfb.campinas@sp.gov.br,Consulta ao processo pode ser realizada por meio do endereço https://eambiente.sp.gov.br/atendimento/.

Auto de Infração Ambiental:20230224012105-1

Proc.Digital:SEMIL.017441/2023-32

Autuado:JAMILTON ALVES DAS NEVES

CPF:134.344.558-25

RG:19146790

Município da infração:NÃO INFORMADO

Notificação:Informamos que foram lavrados os Autos de Infração Ambiental(AIAs)em referência pela Polícia Militar Ambiental,tendo sido agendada a realização da Sessão de Atendimento Ambiental para o dia 28/07/2023,às 10:00horas,no Pelotão de Policiamento Ambiental de Campinas na base da Polícia Militar Ambiental de Atibaia,situado à Avenida Gerônimo Camargo,1470,Recreio Estoril,Atibaia–Telefone:11-4412-7613. Cumpre informar que o prazo para eventual interposição de Defesa contra o AIA é de 20 dias corridos a partir da data da Sessão de Atendimento Ambiental ora marcada,ou em caso de não comparecimento,a contar da data da publicação da Ata no Diário Oficial do Estado de São Paulo.Eventuais esclarecimentos podem ser obtidos pelo e-mail cfb.campinas@sp.gov.br,Consulta ao processo pode ser realizada por meio do endereço https://eambiente.sp.gov.br/atendimento/.

Auto de Infração Ambiental:20230509008846-1

Proc.Digital:SEMIL.034768/2023-98

Autuado:RICARDO LUIS TEIXEIRA

CPF:274.036.498-93

RG:22598265

Município da infração:NÃO INFORMADO

Notificação:Comunicase que será realizada,no dia 28/07/2023,às 09hs,na sede do Pelotão da Polícia Militar Ambiental de Atibaia,sito a Av.Gerônimo de Camargo,nº1470,Atibaia–SP,nova sessão de atendimento ambiental referente ao Auto de Infração supracitado.Orientase contar a unidade da Polícia Militar Ambiental,por meio do telefone(11)44127613,para confirmar a data,local e formas disponíveis(presencial ou adistância)para realização da sessão de atendimento.O Atendimento Ambiental,de acordo com o Decreto Estadual 64456/2019,é a fase do procedimento administrativo destinada à resolução consensual das pendências ambientais do autuado.Nesta sessão o Auto de Infração é analisado e,em sendo validado,são considerado os atenuantes e agravantes previstos podendo as penalidades aplicadas serem anuladas,reduzidas,majoradas ou alteradas.Para tanto é importante a apresentação de documentos:CPF e RG ou cartão do CNPJ do(a)autuado(a).Em caso de representante,além dos documentos originais do(a)autuado(a),apresentar procuração devidamente assinada,comprovante de residência,documentos que comprovem a propriedade,posse da área autuada ou do bem,quando couber,comprovante de rendimentos(carteira de trabalho,holerite,declaração de Imposto de Renda,comprovante de beneficio de programas sociais),fotos,plantas e croquis.Caso não haja interesse em comparecer a sessão de atendimento ambiental solicite-se que seja informado em até 05(cinco) dias,contados a partir do recebimento desta notificação,a unidade da Polícia Militar Ambiental indicada no Auto de Infração. Nesse caso,será lavrada Ata de não comparecimento à sessão deatendimento e aberto prazo para interposição de defesa.É possível efetuar vistas do processo,realizando cadastro de usuário pelo sitio https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/.

Auto de Infração Ambiental:20220312006774-6